

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 26 – 2021
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.net

Pandemia e Trabalho Precarizado na era digital: Nuances do Capitalismo Global

Magnus José Barros Gonzaga¹
Joycieide Vivia Soares de Souza²

Até o momento em que escrevemos este artigo, as consequências socioepidemiológicas do novo coronavírus SARS-CoV-2, causador da doença Covid-19, já têm sido bastante desastrosas. Seguramente, a história guardará a pandemia, que teve o primeiro caso notificado na cidade de Wuhan (China) em 31 de dezembro de 2019, como uma das maiores crises civilizacionais dos últimos séculos. O *Imperial College of London* publicou documentos³ sobre o novo coronavírus e neste considerou a Covid-19 a ameaça mais séria à saúde pública causada por um vírus que causa infecções respiratórias desde a gripe espanhola disseminada em 1918. Ainda nos primeiros meses da pandemia a instituição divulgou relatório com previsões de que, mesmo num cenário de adoção de estratégias de mitigação onde fosse possível evitar milhares

¹ Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA

² Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA

³ O documento encontra-se disponível no site <https://spiral.imperial.ac.uk:8443/handle/10044/1/77735>

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 26 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

de infecções, os sistemas de saúde em todos os países seriam rapidamente esmagados. O documento alertou ainda que os atrasos na implementação de estratégias para frear a transmissão conduziram a piores resultados e a menos vidas salvas.

Como uma crise de magnitude e extensão sem precedentes, ainda que países e governos tenham adotado diversas medidas como isolamento social, fechamento de fronteiras, interrupção ou limitação de atividades comerciais e de serviços, em poucos meses a pandemia alcançou todos os continentes e em 11 meses infectou mais de 46 milhões de pessoas em todo mundo ocasionando a morte de mais de 1.200,000 pessoas, conforme dados⁴ da Organização Mundial de Saúde (OMS). Até a metade do ano de 2020, o continente americano já concentrava mais de 50% dos casos em nível global, onde os Estados Unidos e o Brasil se tornaram os países com maior concentração tanto no número de infectados como no de mortes, respectivamente. Só no Brasil, conforme dados⁵ disponibilizados no site do Ministério da Saúde, até a data de 02 de novembro de 2020, foram registrados 5.545,705 casos de Covid-19 e mais de 160.000 mil mortes. Não há dúvidas que esses dados explicitam um contexto catastrófico e sem precedentes na história do país.

Se por um lado, o novo coronavírus demonstrou o seu alto potencial de transmissibilidade e letalidade, por outro, em nível continental, expôs o sucateamento dos sistemas de proteção social e de saúde. Em muitos países da América Latina, especificamente, a realidade brutal com que a pandemia se alastrou descortinou traços de miserabilidade bem como demonstrou a incapacidade dos poderes públicos contornarem de modo eficaz e em tempo hábil os efeitos desastrosos.

Embora exista no Brasil uma política pública de Estado estruturante para a saúde, a exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS), a ausência de uma política nacional coordenada para conter a difusão do vírus levou muitos estados da federação a colapsar seus sistemas de saúde num tempo bastante precoce.

⁴ Os dados em referência foram obtidos pelo site da Organização Mundial de Saúde (OMS), <https://covid19.who.int/>, em 08 de novembro de 2020.

⁵ Os dados em referência foram obtidos pelo site do governo federal, <https://covid.saude.gov.br/>, em 02 de novembro de 2020.

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 26 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

Segundo informações⁶ publicadas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), desde o ano de 2018 o Brasil já era *locus* de propagação de antigas doenças que haviam retornado, tais como febre amarela, chagas, sarampo, malária, além de novos vírus que foram introduzidos recentemente no país, como os da zica e chikungunya. No entanto, nenhum deles causaram tantos impactos no sistema de saúde, na economia e nas condições de vida da população quanto aos efeitos do novo coronavírus.

Como a pandemia afetou o sistema de relação de produção e de troca em todo o mundo, característica da economia mundial, o impacto na produção capitalista se tornou inevitável. De acordo com projeções da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal)⁷, a economia mundial experimentaria sua maior retração desde a Segunda Guerra Mundial e o Produto Interno Bruto (PIB) per capita diminuiria em 90% dos países, em um processo síncrono sem precedentes. Estimativas⁸ preliminares do Banco Mundial indicaram uma queda média para a região da América Latina e Caribe da ordem de -7,2% do Produto Interno Bruto para o ano de 2020, a mais elevada nos últimos 70 anos. No mesmo sentido de análise, a Cepal⁹ fez previsões que a pandemia da Covid-19 provocaria, no ano de 2020, a maior crise econômica na América Latina e o Caribe em toda sua história desde que se iniciaram os registros estatísticos no início do século XX.

Como traços característicos do capitalismo em crise, os desdobramentos da pandemia recaem de modo avassalador sobre as condições de vida dos grupos sociais mais vulneráveis, pois, além de seus efeitos deletérios, a crise econômica e social, imanente as perdas de rentabilidade do capital, somada ao distanciamento do Estado em relação as necessidades desses grupos, potencializa ainda mais as condições de miserabilidade e de pobreza. Soma-se a isso, a ampliação dilacerante da taxa de desemprego no país, que de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Covid-19), alcançou a marca de 14,4%.

⁶ Ver Mathias *et al* (2018).

⁷ Ver Informe Especial COVID-19 n. 5.

⁸ Informações no site: <https://www.worldbank.org/pt/publication/global-economic-prospects>

⁹ Ver Informe Especial COVID-19 n. 2.

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 26 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

No Brasil, especificamente, quando o Estado interveio na economia, por meio de ações que envolveu o governo diretamente, foi para salvaguardar instituições¹⁰ financeiras e empresariais num primeiro plano e num segundo setores da população mais vulneráveis economicamente, através de um plano emergencial com valores poucos expressivos para que estes pudessem ascender ao consumo de bens e de serviços ainda disponíveis no mercado.

Em meio ao contexto pandêmico, o Estado capitalista vai se reafirmando como uma relação social, um campo de conflitos de interesses onde as diferentes frações da elite econômica e política se defrontam, mas também se reconciliam com certas vontades e demandas das classes subalternas. Essas contradições do Estado capitalista, se instituem por sua necessidade de imprimir legitimidade enquanto ente social que representa interesses de toda a sociedade. Dessa forma, o Estado capitalista se apresenta como representativo do “interesse geral”, ente neutro, representante de todos os interesses da sociedade, ocultando, desse modo, o seu caráter de classe.

O que se evidencia é que o legado das décadas de austeridade em favor dos interesses do mercado tem potencializado ainda mais as consequências da crise epidemiológica na medida em que o ajuste fiscal e as reformas do Estado implementadas desde os anos 1990 produziram consequências diretas sobre a pobreza e a desigualdade social no país. Historicamente, as soluções para as saídas das crises econômicas definidas pelas áreas econômicas do país sempre apontaram para a retração das políticas sociais, inclusive com redução de investimentos para a área da saúde.

Como consequência das reformas de Estado anteriormente implementadas, governos e instituições foram surpreendidos com a falta de estrutura e de profissionais tecnicamente preparados para o enfrentamento da crise na escala em que a pandemia se alastrou. As reformas neoliberais delineadas nas últimas décadas deixaram os países desestruturados e mal preparados para enfrentar contextos complexos como o que se materializa na pandemia da Covid-19.

¹⁰ O Banco Central autorizou a injeção de mais de R\$1,2 trilhão em liquidez no sistema financeiro para que os bancos pudessem ampliar a capacidade de atendimento de suas demandas. O montante equivale a 16,7 % do Produto Interno Bruto (PIB). Os dados mais detalhados constam no Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central do Brasil divulgado no mês de abril de 2020.

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 26 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

As medidas de austeridade adotadas no Brasil nos últimos anos, em nome do ajuste fiscal e pelo interesse do mercado, tornaram ainda mais difíceis as possibilidades do Estado enfrentar a crise e assegurar de modo efetivo assistência às populações mais vulneráveis e, assim, criar condições para se salvar mais vidas.

Os traços mais perversos da crise também se revelam nas condições de vida das famílias de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que recebem baixos salários, nos grupos que residem nas periferias, bem como nas vidas dos desempregados e desempregadas que já ocupam um amplo espectro da realidade social. A agressividade da pandemia e o distanciamento do Estado em relação ao atendimento das necessidades mais básicas da população ampliaram os cenários de barbárie e de miserabilidade. Tudo isto compõem condições para que a pandemia, a pobreza e o caos preenchessem o cotidiano da vida dos mais pobres. Não é alarde considerar que as consequências socioepidemiológicas podem colocar o Brasil num patamar de crise social, econômica e política generalizada e sem precedentes. Do ponto de vista econômico, não há como mensurar os futuros desdobramentos da crise para a dinâmica global da acumulação capitalista e seus efeitos na periferia do capital. No entanto, o que se constata é que a dinâmica capitalista continua operando enquanto os impactos da pandemia vêm circunstanciando novas formas de sociabilidade e de sofrimento humano.

É nesse contexto complexo, multifacetado e carregado de contradições que alguns seguimentos do mundo do trabalho, emergidos das transformações do capitalismo global, vêm desempenhando suas atividades laborais e ao mesmo tempo sofrendo as ofensivas do capital. Como bem argumenta Antunes (2018), “em pleno século XXI, mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e encontram, cada vez mais, situações instáveis, precárias, ou vivenciam diretamente o flagelo do desemprego”, fenômeno que vem cada vez mais se delineando.

As possibilidades do trabalho no contexto da era digital sob suas múltiplas formas e denominações, como quer que estas sejam denominadas - trabalho digital, trabalho automatizado, teletrabalho - desencadearam mitos eurocêntricos ancorados na fantasia de que a revolução tecnológica acabaria com o trabalho precário e degradante, na medida em que esta

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 26 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

abriria as portas para o mundo do trabalho humanizado. Em outra perspectiva, a revolução tecnológica proporcionaria mais tempo livre e liberdade.

Paradoxalmente, em pleno século XXI, momento em que o padrão científico e tecnológico tem alcançado os mais elevados patamares de desenvolvimento, presencia-se globalmente a degradação do trabalho nos mais diversos ramos da produção capitalista. Tal degradação está presente desde o trabalho realizado na extração de minérios para a produção de dispositivos eletrônicos; no interior da planta produtiva do setor industrial; e também na logística operacional de grandes empresas do ramo de Tecnologia da Informação (TI) que incorporam as mais variadas formas de trabalho, tal como o realizado por trabalhadores e trabalhadoras de aplicativos das empresas plataformas nos grandes centros urbanos.

Novas morfologias do mundo do trabalho na era digital

A abordagem analítica sobre as novas morfologias do mundo trabalho na era digital presente neste artigo volta-se para campos de trabalhos relacionados as empresas que se estruturam a partir das Tecnologias da Informação, estas que, em termos tecnológicos, sustentam a Economia Informacional do capitalismo global. São modalidades que vêm tornando o trabalho humano, em função da crescente utilização da mão de obra muito precária e mal remunerada, incluindo flexibilização e informalidade, lócus de sujeição, sofrimento, adoecimento, precarização e desumanização. Por outro lado, elas refletem as condições de vidas, os sofrimentos, mas também as lutas, as resistências, as esperanças e as perspectivas.

Tal como concebeu Marx (2011), o trabalho é, antes de tudo, um processo que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Esse trabalho, necessário a existência humana, imprime forma útil à vida humana ao mesmo tempo em que modifica a natureza humana. Mas, na sociedade capitalista, o ser humano, enquanto ser social, em sua maioria, é convertido e reduzido a trabalhador, cuja função vital é gerar mais valor para o capital. Nesse processo contraditório, o potencial criativo do trabalho humano dar lugar a alienação. Essa condição, imanente ao capitalismo, opera em quaisquer condições e situações: não distingue

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 26 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

sexo, gênero, grupo social, etnia, região ou nacionalidade. Analogamente, quanto mais se expande o capitalismo mais se diversificam as suas formas de exploração.

Como nuance do capitalismo global, a degradação do trabalho vem se materializando cada vez mais em novas modalidades de trabalho que impregnam o contexto da chamada “era digital”, tais como os trabalhadores de aplicativos móveis, os de *call center*, os de telemarketing e de tantas outras categorias do teletrabalho que vivenciam a precarização da terceirização, da informalidade e da flexibilidade.

Há em curso na sociedade um intenso processo de transformação no mundo do trabalho, com destaque para novas modalidades de trabalho do contexto da chamada “era digital”, sobretudo, campos de trabalho relacionados a Tecnologia da Informação que se situam no âmbito da Economia Informacional do capitalismo global. A revolução no campo das Tecnologias da Informação se insere em praticamente todas as esferas da atividade humana da sociedade atual. Esse novo paradigma tecnológico, conforme Castells (2010), veio a ser constituído inicialmente nos Estados Unidos da América nos anos 1970 por um seguimento específico da sociedade americana em interação com a economia global e a geopolítica mundial.

As transformações técnicas e científicas do mundo do trabalho não são processos específicos do século XXI, como parte do desenvolvimento do capitalismo, elas acompanham a história da classe trabalhadora desde a segunda metade do século XVIII quando ocorreu o incremento das máquinas a vapor e das máquinas de processar algodão. Tais invenções, conforme escreveu Engels em “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, desencadearam uma Revolução Industrial que, simultaneamente, transformou a sociedade burguesa e todo o seu conjunto. E foi desse processo que surgiram os primeiros proletários industriais e, em consequência da necessidade de produção ou extração de materiais para a indústria, os operários das minas de carvão e de metais.

Quando faz-se menção a expressão “novas modalidades de trabalho” do contexto da chamada “era digital”, a referência é a um processo tecnicamente específico, embora não distinto do modo de produção capitalista, mas de modalidades herdeiras do desenvolvimento tecnológico que têm a sua gênese a partir da implementação pelos grupos industriais das

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 26 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

oportunidades proporcionadas pelas novas tecnologias informacionais aplicadas a produção industrial e às atividades relacionadas ao gerenciamento e as finanças do capital.

As mudanças no mundo do trabalho elencadas neste artigo são decorrentes do contexto da reestruturação produtiva, em curso desde a década de 1970, e que, desde então, produzem uma nova morfologia social no mundo do trabalho que se caracteriza, sobretudo, conforme assinala Antunes (2018), pela precarização das condições e formas diversas de trabalho. Tais mutações que vem se desenvolvendo em nível global são partes da dinâmica do capital que tende a se reorganizar constantemente com vistas a ampliar os seus patamares de acumulação.

Nos primeiros anos da década de 1970 o paradigma taylorista/fordista começou a dar os seus primeiros sinais de esgotamentos ocasionados por um quadro crítico no padrão de acumulação capitalista, após um longo período de crescimento sob o apogeu do fordismo e do Estado de Bem-Estar Social. A crise, de caráter estrutural do capitalismo, abriu caminhos para um longo processo de reestruturação produtiva que afetou de modo impactante as relações sociais de produção e o mundo do trabalho da sociedade no centro dinâmico do capital, com destaque para os Estados Unidos da América, Europa Central e Japão. Tal processo se ergue junto a chamada III Revolução Industrial, que, em certo sentido, impulsiona a revolução tecnológica nos campos da microeletrônica, das redes telemáticas e informacionais. Distinta da Primeira Revolução Industrial que operou na lógica da transferência das operações manuais para as operações mediadas por máquinas, esta revolução se diferencia por incorporar em sua gênese a transferência de funções intelectuais para o processo automatizado realizado pelas máquinas. É a época em que o processo produtivo se automatiza e instaura um novo padrão de produção, cujo movimento busca superar as tecnologias estruturantes da base tayloristas/fordista pela acumulação flexível de produção. Nesse processo, por motivações endógenas e exógenas, o desenvolvimento do capitalismo global toma um novo impulso com fundamento na tecnologia, na renovação e na criação de novos produtos, na remodelação da divisão internacional do trabalho e na expansão de tecnologias no mercado mundial.

As transformações advindas da década de 1970, nas relações entre ciência, tecnologia e a atividade industrial, fizeram da tecnologia um fator de competitividade, muitas vezes

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 26 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

decisivo, com características que afetam praticamente todo o sistema industrial (CHESNAIS, 1996).

Não há dúvidas que os avanços mais substanciais no desenvolvimento das tecnologias da comunicação e da informação e também na diversidade de formas de transportes e nos sistemas de telecomunicações, derivados da tecnologização da sociedade capitalista, tornaram possíveis em termos operacionais a automatização de atividades cotidianas e a flexibilização dos métodos de produção, condições que potencializaram materialmente e tecnicamente ainda mais as condições essenciais para a ampliação do capital.

A revolução tecnológica atual, cujos processos se concentram nas chamadas Tecnologias da Informação, vem remodelando a sua influência na base material da sociedade em ritmo cada vez mais acelerado. No curso desse processo, a reestruturação produtiva também abriu caminhos para o capitalismo informacional que se ergue como um ascendente modelo dentro do sistema econômico capitalista. Em detrimento das formas de proteção social, dos interesses públicos e coletivos, a reestruturação produtiva, imanente as mudanças do capitalismo global, inicia sustentando-se na inovação tecnológica e na transformação organizacional do mundo do trabalho.

A dinâmica do capital e as transformações tecnológicas ocorridas nas últimas décadas do século XX ajudaram a criar um certo romantismo acerca do mundo do trabalho. Para muitos, uma nova era se iniciava com as mudanças no padrão tecnológico e suas repercussões positivas no mundo do trabalho. Dessa forma, com o advento da informatização e da telemática como parte estruturante do processo produtivo, se abririam as possibilidades para o alívio do trabalho degradante.

Sob essas novas circunstâncias, a exploração intensificada do labor adentra a planta da engenharia produtiva da indústria automatizada de diversos seguimentos industriais e do amplo setor de serviços, que afeta, substancialmente, trabalhadores e trabalhadoras que vendem a força de trabalho para empresas que se estruturam a partir das Tecnologias da Informação. Tal processo vem tornando o trabalho humano *locus* de sujeição, sofrimento, adoecimento, precarização e desumanização. Como consequência, o capitalismo de base informacional da era

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 26 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

digital produz uma diversidade de modalidades de trabalho cuja instabilidade, insegurança, precarização, diminuição do processo de produção coletiva, combinados ao movimento de perda sistemática de direitos trabalhistas constituem características essenciais. Por outro lado, as mudanças no mundo do trabalho têm ensejados consequências que afetam drasticamente as condições econômicas, a saúde a formação e a qualificação educacional dos trabalhadores.

A uberização no Brasil como aspecto fenomênico do capital

O processo de uberização da força de trabalho, fenômeno que vem se expandindo globalmente, representa uma tendência em andamento das relações sociais de produção em diferentes ramos econômicos. Trata-se de um novo estágio da exploração do trabalho que segue o movimento de estudos sobre o controle e a adaptação da força de trabalho às necessidades do capital. A uberização é um processo que integra a reorganização estrutural do capital, onde se institui novas formas de controle, gerenciamento e exploração ampliada da força de trabalho. Embora a uberização tenha se constituído como uma referência a implementação da força de trabalho pela empresa Uber, tal fenômeno não se restringe a esta empresa, tampouco se inicia com ela enquanto fenômeno social. De modo genérico, é um fenômeno global constituído por modalidades de trabalho altamente precarizadas que flexibilizam as condições de trabalho em atendimento às necessidades das organizações capitalistas. Incorpora o chamado trabalho intermitente, uma variação herdeira do “contrato de zero hora” (zero-hour contract), forma de contrato de trabalho inicialmente experimentada no Reino Unido nos anos 1980, expandida globalmente a partir dos anos 2000, onde os empregados permanecem disponíveis para trabalhar, mas as horas de trabalho não são claramente especificadas num termo de contrato trabalhista. Nessa modalidade de contrato se exige que os trabalhadores e trabalhadoras estejam disponíveis por um certo número de horas por dia, semana ou quando necessário ambos. Grosso modo, o tempo em que se está disponível, esperando a chamada, não é remunerado. Portanto, não se ganha.

É no contexto da economia informacional da era digital que a uberização ganha materialidade concreta enquanto dimensão sociotécnica da lógica atual do capital. A expressão mais acabada desse fenômeno é representada pela atuação das empresas plataformas que se

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 26 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

afirmam no mercado como mediadoras e provedoras das condições tecnológicas que permitem a relação entre consumidor e fornecedor. É, portanto, um processo que caminha a passos largos em muitos países, principalmente naqueles onde as leis trabalhistas são menos rígidas e mais flexíveis. Nessa nova configuração, por uma série de fatores, os direitos trabalhistas se diluem, se volatilizam. Há uma dimensão subjetiva e ideológica que cria ilusões, que dissemina a falsa ideia de que as pessoas são gestoras do seu próprio tempo, do seu próprio trabalho. Esse aspecto mascara a compra da força de trabalho precarizada, forja a ideia da modernização das relações de trabalho e oculta ao mesmo tempo a figura do trabalhador, na medida em que este, enquanto categoria que vende a força de trabalho para o capital, dar lugar ao “empreendedor”. Nesses termos, a uberização consolida, ao menos no plano ideológico, a passagem do trabalhador para o microempreendedor ou trabalhador autônomo, processo que ideologicamente decreta a perda da identidade coletiva e fortalece a ideia da individualidade. Há quase uma transferência direta de responsabilidade para o trabalhador em função da condição de subordinação que lhe é posta, na medida em que este se responsabiliza pela sua própria assistência para atender a necessidade do “empregador”. Dessa forma, assume os riscos e os custos do trabalho sem que a empresa perca o controle sobre as regras e os ganhos do “empreendedor”. Além da superexploração da força de trabalho, são constantes as situações em que os trabalhadores e trabalhadoras arcam com os próprios custos de manutenção dos seus equipamentos.

Outro aspecto que merece destaque é o papel do Estado capitalista na mediação dos interesses do capital para o estabelecimento dessas novas relações do mundo do trabalho. Embora a economia informacional do capitalismo global imponha uma lógica que influencie o movimento de reorganização das relações de trabalho através das potencialidades do desenvolvimento tecnológico, é decisiva a participação do Estado na reorganização do ordenamento jurídico para a eliminação de direitos ou a adequação deles às necessidades do capital. Para dar mais segurança jurídica a esses modelos, muitos países implementam adequações e fazem reformas em suas legislações. No Brasil, a tramitação de propostas de adequações dos contratos de terceirização e de suas relações de trabalho ganhou impulso desde

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 26 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

o ano de 1998, através do Projeto de Lei (PL) 4.302/1998¹¹. As condições para a precarização do trabalho se ampliaram mais ainda com a aprovação da Lei n. 13.467/2017, apelidada pelo setor empresarial de “modernização trabalhista”, que reformulou a legislação aplicada às relações de trabalho. Ou seja, foram promovidas mudanças estruturais nas regulações do trabalho no Brasil que abrem as portas para efeitos catastróficos. Tudo isso contribui para a ampliação da crise e desigualdade social no país. Esse é o quadro conjuntural que se desenha para a intensificação da degradação do trabalho.

O trabalho uberizado é altamente precário, mesmo assim constitui alternativa para a multidão de desempregados que não encontrando outras oportunidades de empregos se lançam na uberização. E há mais agravantes em tudo isso: em consequência da ampliação do desemprego crônico, quem sofre as consequências não é apenas a multidão desprivilegiada, mas todas as categorias tecnicamente qualificadas e não qualificadas. Isso é também uma consequência da crise estrutural do capital e dos efeitos deletérios do neoliberalismo.

No Brasil, a lista de empresas plataformas que dominam os serviços de entregas por aplicativos móveis já é bastante grande, onde se destacam com maior visibilidade: iFood, Rappi, Uber Eats e Loggi. Estes são também os aplicativos de entregas (delivery) mais usados nacionalmente. A presença massiva dos trabalhadores e trabalhadoras portando mochilas coloridas com marcas estampadas nas ruas desertas das grandes cidades durante a pandemia deu maior visibilidade social a este seguimento do mundo do trabalho, assim como o acúmulo de motos e bicicletas nas ruas e sinais tornou parte da estética paisagística do mundo urbano.

Altamente estruturadas, a partir do padrão tecnológico do projeto da Indústria 4.0, essas empresas dispõem de plataformas tecnológicas que operam a partir de fundamentos computacionais complexos com sistemas de Inteligência Artificial, Big Data, Machine Learning, Internet das Coisas, Robôs Autônomos, Computação em Nuvem, dentre outras tecnologias que compõem a era digital. Tecnicamente, as empresas plataformas oferecem condições para a interconectividade entre os que compram e os que vendem, mas mantém o

¹¹ Transformado na Lei Ordinária n. 13.429, de 31 de março de 2017.

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 26 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

poder para instituir regras e formas de controle sobre a execução do trabalho, além de determinar, para além de regulações salariais, os ganhos do dito “empreendedor”. A materialidade desse fenômeno, a partir dos interesses do capitalismo informacional, criou, na expressão de Antunes (2019), uma nova forma de “escravidão digital”.

Se por um lado se ampliam as ofensivas do capital, por outro, é bem verdade que se fortalecem também as resistências, as lutas e a organização daqueles e daquelas que vivem do trabalho. Não se pode negar que, mesmo com muita limitação e pouco alcance, setores do sindicalismo tradicional, herdeiros dos direitos do Estado de Bem-Estar, lutam para frear o desmonte desses direitos, assim como a nova geração que adentra no mundo do trabalho precarizado da era digital, numa fase já quase sem direitos, lutam para conquistar condições mais dignas de emprego.

Os traços perversos da pandemia revelaram explicitamente a gravidade de um cenário cruel do mundo do trabalho, sobretudo, aquele que materializa de modo mais contundente a uberização, fenômeno já em curso desde muito antes da disseminação do vírus no país.

Além da superexploração da força de trabalho, esse seguimento ainda se submeteu aos riscos da contaminação durante a pandemia, inclusive nas fases de alta incidência de contaminação e de letalidade, enquanto a classe média se resguardava no isolamento em suas casas.

No Brasil, em pleno contexto socioepidemiológico, milhares de trabalhadores e trabalhadoras, mobilizados pelo movimento "Breque dos Apps", realizaram o primeiro grande levante nacional, em diversas cidades do país, levantando como pauta geral a luta por melhores condições de trabalho. Isto é, o movimento reivindicava o “básico do básico” para quem atua em plataformas como iFood, Rappi, Uber Eats, Loggi, dentre outras. Em síntese, a luta se voltou contra um modelo de exploração do trabalho que se estrutura a partir de tecnologias digitais de ponta que subjagam direitos trabalhistas e alimentam o sistema de acumulação capitalista. Com o sentimento de que é urgente organizar a resistência, em menos de um mês, duas grandes mobilizações foram realizadas em várias cidades do país em julho de 2020.

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 26 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

Do ponto de vista da luta coletiva, o movimento impulsionou, ainda que de modo precário quanto ao seu caráter organizativo, no que diz respeito a ausência de um setor sindical organizado e a definição de uma pauta mais ampla em relação as questões estruturais da categoria, a reflexão, a mobilização e a resistência sobre um fenômeno degradante do mundo do trabalho.

Considerações finais

Buscamos nesse artigo, como é possível se observar, abordar, a partir de um enfoque crítico e dialético, aspectos que configuram o atual mundo do trabalho, sobretudo nuances do trabalho precarizado que ganha materialidade concreta no contexto da chamada “era digital” do capitalismo global. A abordagem proposta trouxe também reflexões sobre a dinâmica da crise socioepidemiológica e seus graves impactos na organização da vida social no país. Abordamos também aspectos que ajudam a compreender como o sistema do capital, num contexto de crise estrutural e de um contraditório momento em que a ciência e a tecnologia alcançam os mais elevados patamares de desenvolvimento, vem tornando o trabalho humano locus de sujeição, sofrimento, adoecimento, precarização e desumanização. Como parte da abordagem, destacamos ainda a uberização enquanto aspecto fenomênico do capital e de tendência em andamento das relações sociais de produção em diferentes ramos econômicos.

Por ora, consideramos que o desenvolvimento de estudos e pesquisas que analisa a dinâmica do mundo do trabalho, sobretudo no movimento de crise estrutural do capital e de emergência do desemprego crônico em escala global, é parte constitutiva do esforço coletivo de muitos pesquisadores e pesquisadoras no Brasil que contribui para qualificação de ações com vistas à mudança social.

Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. Passa Palavras, Campinas, 2017. Disponível em: <http://passapalavra.info/2017/02/110685>.

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 26 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

ALVES, Giovanni. Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Editora Práxis, 2007.

ANTUNES, Ricardo L. C. (Org.) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANTUNES, Ricardo L. C. O Privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo L. C. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo L. C. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. 7. ed. Trad. de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

BRUNO, Fernanda. (Et al.) Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 26 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

LA pandemia llevará a la mayor contracción de la actividad económica en la historia de la región. Informe Especial COVID-19: Dimensionar los efectos del COVID-19 para pensar en la reactivación, Santiago, ano 2020, n. 2, p. 1-21, 21 abr. 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45445-dimensionar-efectos-covid-19-pensar-la-reactivacion>. Acesso em: 5 jul. 2020.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I, volume I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MATHIAS, Maíra et al. Tudo ao mesmo tempo: e agora? novos vírus circulam no país, enquanto problemas que pareciam superados ameaçam voltar à cena. Rio de Janeiro: Revista Poli: Saúde, Educação e Trabalho - Jornalismo Público Para O Fortalecimento da Educação Profissional em Saúde. Ano XI, v. 61, Nov/Dez, 2018. Bimestral.

MUNDIAL, Bank. *Global Economic Prospects*. Perspectivas econômicas globais. 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10986/33748>.

NORONHA, Olinda Maria. Políticas neoliberais, conhecimento e educação. São Paulo: Editora Alínea, 2006.

SADER, Emir.; GENTILLI, Pablo. Pós-neoliberalismo, políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SOUSA, Antonio Lisboa Leitão de; GONZAGA, Magnus José Barros. O materialismo histórico dialético na pesquisa em educação ambiental. REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, [S.l.], v. 31, n. 1, p. 138-152, jul. 2014. ISSN 1517-1256. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/4312/2871>>. Acesso em: 12 maio 2020. doi:<https://doi.org/10.14295/remea.v31i1.4312>.

Estudos do Trabalho

Ano XIII – Número 26 – 2021

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.net

UNA crisis sincrónica de alcance mundial. Informe Especial COVID-19: Enfrentar los efectos cada vez mayores del COVID-19 para una reactivación con igualdad: nuevas proyecciones, Santiago, ano 2020, n. 5, p. 1-26, 15 jul. 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45782-enfrentar-efectos-cada-vez-mayores-covid-19-reactivacion-igualdad-nuevas>. Acesso em: 9 nov. 2020.

WALKER, Patrick at al. *Report 12: The Global Impact of COVID-19 and Strategies for Mitigation and Suppression. Imperial College COVID-19 Response Team, London*, ano 2020, p. 1-19, 26 mar. 2020. Doi <https://doi.org/10.25561/77735> Disponível em: <https://spiral.imperial.ac.uk:8443/handle/10044/1/77735>. Acessado em: 11 ago. 2020.